



PROCESSO ADMINISTRATIVO 55/2023
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09/2023

I - DO FATO

Trata-se de requerimento da Secretaria de Administração, Fazenda e Planejamento para **CONTRATAÇÃO DE SHOW MUSICAL PARA COMEMORAÇÃO AO DIA NACIONAL DO IDOSO NO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.**

II - DO AMPARO LEGAL

A situação apresentada caracteriza hipótese de inviabilidade de competição, de modo a autorizar a inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 25, caput, III, da Lei n. 8.666/1993:

Art. 25- É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição:

(...)

III - para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

Ante o exposto, esta Comissão vislumbra o enquadramento do objeto na aludida contratação direta, passando a instruir o processo conforme as determinações do parágrafo único do art. 26 da Lei n. 8.666/1993:

Art. 26 (...)

Parágrafo único. O processo de dispensa, de inexigibilidade ou de retardamento, previsto neste artigo, será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I – Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II – Razão da escolha do fornecedor ou executante;

III – Justificativa do preço;

IV – Documentos de aprovação dos projetos de pesquisa aos quais os bens serão alocados.

III - DA CONTRATADA

SABOR DO SOM SONORIZAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.07.178.522/0001-27, com sede na Rua Berlim, 215, Passo dos Fortes, Chapecó/SC, CEP: 89805-143, neste ato representado pelo Sr. Lauri Pertusatti, inscrito sob Cpf ***.467.989/**, residente e domiciliado na Rua Joaquim Domingues de Oliveira, 364 Bairro Lider, Chapeco/SC.



IV - RAZÃO DA ESCOLHA DA CONTRATADA

A decisão pela escolha foi tomada pela equipe organizadora das festividades da Secretaria de Assistência Social.

A referida empresa tem grande prestígio regionalmente, já efetuou shows em vários estados e possui CD gravado, inclusive com músicas de própria autoria.

Tal hipótese demonstra uma absoluta inviabilidade de competição, já que é impossível haver comparação entre as performances artísticas de diversos profissionais do setor de forma a tornar viável a abertura de eventual procedimento licitatório.

Nas palavras de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

(...) artista, nos termos da lei, é o profissional que cria, interpreta ou executa obra de caráter cultural de qualquer natureza, para efeito de exibição ou divulgação pública, através de meios de comunicação de massa ou em locais onde se realizam espetáculos de diversão pública (Contratação Direta sem Licitação: modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. 5 ed. Brasília: Editora Brasília Jurídica, 2000, p. 532).

Nesse viés, Marçal Justen Filho alerta que:

(...) tal medida se destina a evitar contratações arbitrárias, em que uma autoridade pública pretenda impor preferências totalmente pessoais na contratação de pessoas destituída de qualquer virtude. Exige-se que ou a crítica especializada ou a opinião pública reconheçam que o sujeito apresenta virtudes no desempenho de sua arte. (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos. 3 ed. Rio de Janeiro: Aide, 1994, pp. 170 e 172).

O saudoso mestre Hely Lopes Meirelles assim trata acerca do assunto:

A atual lei, endossando a doutrina, que equipara os trabalhos artísticos aos serviços técnicos profissionais especializados (cf. cap. II, item 3.2.2), prescreve a inexigibilidade de licitação para a contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de seu empresário. O essencial para legitimar a dispensa do procedimento licitatório é que o artista seja consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública. (Licitação e Contrato Administrativo – 14ª edição, atualizada por Eurico de Andrade Azevedo e Vera Monteiro, 2ª tiragem – página 127).



E, ainda:

Em todos esses casos a licitação é inexigível em razão da impossibilidade jurídica de se instaurar competição entre eventuais interessados, pois não se pode pretender melhor proposta quando apenas um é proprietário do bem desejado pelo Poder Público, ou reconhecidamente capaz de atender às exigências da Administração no que concerne à realização do objeto do contrato. (Direito administrativo brasileiro. 38ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012, p. 306).

Os juristas Benedicto de Tolosa Filho e Luciano Massao Saito, em sua obra denominada “Manual de Licitações e Contratos Administrativos”, ensinam que:

A hipótese de inexigibilidade para contratação de artista é a mais pacífica, desde que o escolhido, independentemente de estilo que, diga-se de passagem, é muito subjetivo, seja consagrado pelos críticos especializados e pelo gosto popular. O artista tem que ser conhecido, mas não precisa necessariamente ser excepcional.

Com a grande extensão territorial e o regionalismo de cultura existente no Brasil, com o afloramento regionalizado de tradições e de folclore, o conceito de consagração popular deve ser tomado de forma particularizada, isto é, um artista muito popular no norte pode não ser conhecido no sul, sendo, assim, na sua região a licitação é inexigível.

À vista do exposto, a razão de escolha da contratada está justificada nos autos, já que se trata de artistas consagrados tanto pela crítica especializada quanto pela opinião pública.

V - DAS CONDIÇÕES PARA CONTRATAÇÃO – HABILITAÇÃO

O processo está instruído com a seguinte documentação:

I - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com o INSS compreendendo os Tributos administrativos pela Secretaria da Receita Federal, com validade para o dia 16/10/2023.

II - Prova de regularidade fiscal para com a fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente, com validade para o dia 18/06/2023.

III - Prova de regularidade perante a Fazenda Municipal, comprovado com Certidão Negativa de Débito, com validade para o dia 18/05/2023.



- IV - Prova de regularidade perante o FGTS, comprovado com Certidão Negativa de Débito com validade para o dia 02/05/2023.
- V - Prova de regularidade perante a Justiça do trabalho, comprovado com Certidão Negativa de Débito expedida com validade para o dia 30/09/2023.
- VI – Certidão Conjunta de Falência, Concordata e recuperação Judicial E-proc e E-saj, com validade 19/06/2023;
- VII – Contrato social
- VIII – Procuração
- IX – Carta de apresentação
- X – Certificados
- XI – Declaração que não emprega menores de 18 (dezoito) anos.
- XII – Declaração que não possui parentesco conforme Lei Orgânica do Município;
- XIII – Portfolio de apresentações e de CD gravado.
- XIV- Consulta TCU

Conforme documentação apresentada, dentro dos parâmetros da Lei 8.666/1993 e, após efetuar as análises cabíveis, inclusive relativas à documentação de habilitação exigível, considerando, finalmente, o disposto no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/1993, entende-se justificada a inexigibilidade de licitação.

VI - DA VIGÊNCIA CONTRATUAL

A vigência contratual se dará a partir da assinatura do contrato, até 29 de outubro de 2023, um mês após o referido show.

VII - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados de acordo com a demanda da Administração Municipal, a ser estabelecida pela secretaria solicitante e gestores responsáveis pelas ações, mediante emissão da Autorização de Fornecimento (AF).

A data do show será 29/09/2023, dia Nacional do Idoso, com duração de 03h00min de musica, com todo material incluso.

O show deverá contar com um elenco de dez pessoas, sendo seis músicos e quatro pessoas da equipe técnica. Sistema de Luz e Som próprio. Pannel de led P5 para projeção e imagens e vídeos. Estrutura necessária para apresentação. Disponibilidade de som ambiente durante o meio dia.

A plena execução deverá ser atestada pelo servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato.



O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

VIII - DA FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pela servidora **Caroline Horn, matrícula n. 138221**, que atuará como representante institucional, nos termos do art. 67 da Lei n. 8666/1993.

A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei n. 8.666/1993.

O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

IX - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da Contratante:

Disponibilizar o local para montagem dos equipamentos com antecedência de 24 horas.

Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à contratada sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada;

Efetuar o pagamento à contratada no valor, prazo e forma estabelecidos no edital;

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto,



bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

X- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

Efetuar a entrega em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos.

Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 da Lei n. 8.078/1990;

Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, em prazo hábil, o objeto com avarias ou defeitos;

Comunicar o contratante, no prazo máximo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

Arcar com o pagamento de todos os tributos envolvidos, bem como com transportes/deslocamentos, hotel/estadias, alimentação/bebidas, abastecimento do camarim, serviços com carregadores, ou outras despesas relacionadas à execução do objeto.

XI - DO VALOR, FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O valor total para execução do presente objeto é **R\$ 12.500,00 (Doze mil e quinhentos reais)**.

O pagamento será efetuado após a realização do show, em até 30 dias após a apresentação da respectiva nota fiscal, que deverá estar atestada pelo gestor do contrato.

A contratação será atendida pela seguinte dotação: Projeto Atividade 2.006 – Elemento 3.3.90 – Despesa 86.



XII - DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A razoabilidade do valor da contratação afere-se por meio da comparação entre o valor proposto e os preços praticados pela contratada em contratações pretéritas, mediante a juntada de notas fiscais, referentes a serviços similares ao ora contratado, emitidas nos meses de janeiro, agosto e dezembro 2022 e de fevereiro e março de 2023.

Dessa forma, verifica-se que o valor ajustado é compatível com os preços praticados no mercado pela contratada para o objeto em questão.

Cordilheira Alta/SC, 25 de abril 2023.

ANDRESSA BREANCINI
Presidente da Comissão

ANGELITA GABRIEL
Membro da Comissão

TATIANA RIBEIRO DE OLIVEIRA
Membro da Comissão